

Novas mediações societárias entre o público e o privado

Edemar Rotta *

Resumo

A crise do capitalismo e do socialismo real, no final do século vinte, desencadeia uma rediscussão a respeito de novos projetos societários. Retoma-se a reflexão em torno dos fundamentos da modernidade, procurando compreender as bases em que foram construídos os “modelos” societários e que problemas apresentaram em seu processo de implementação prática. Essa reflexão demonstra os limites do projeto moderno e evoca os diversos atores sociais a explicitarem suas propostas de organização societária a partir dos condicionantes que vivem em suas realidades concretas e das possibilidades que possuem. Esse texto procura apresentar alguns aspectos de como ocorre essa reflexão na Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, que vive um momento importante de discussão a respeito de suas possibilidades de desenvolvimento.

Palavras-chave: Sociedade. Desenvolvimento regional. Estado. Sociedade civil. Mediações. Público. Privado.

Abstract

The crisis of the capitalism and of the real socialism, in the end of the twentieth century, it unchains a rediscussion regarding new projects of society. The reflection is retaked regarding the foundations of the modernity trying to understand the supports in which were built the "models" of society and which the problems that they presented in its process of practical implementation. That reflection demonstrates the limits of the modern project and it evokes the several social actors who explicitate proposals of society organization starting from the conditioning that you/they live in their concrete realities and of the possibilities that possess. That text tries to present some aspects of as it comes if giving that refl the Northwest Border of the state Rio Grande do Sul, that lives an important mc discussion regarding its development possibilities.

Key words: Society. Regional development. State. Civil society. Mediations. Public. Private.

1. A Fronteira Noroeste e o desafio de repensar suas possibilidades de desenvolvimento

O presente artigo traz uma reflexão a partir da pesquisa que vimos desenvolvendo na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul a respeito da compreensão de desenvolvimento presente no imaginário de diferentes grupos sociais e de como estes se articulam para defender suas idéias e transformá-las em propostas práticas de organização societária.

Em três anos de pesquisa, com financiamento de bolsista via CNPq, pudemos realizar um conjunto muito grande de entrevistas (em torno de 120) com diferentes atores do processo regional e relacionar suas falas com o processo em curso no Estado, no País e internacionalmente. Esse processo de pesquisa foi fundamental para propormos a criação do

* Mestre em Sociologia pela UFRGS, professor da UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Integrante do grupo de pesquisa CNPq – Associativismo e Cooperativismo. Endereço: RS 344, Km 39 – Santa Rosa/RS, CEP 98.900-000.

E-mail: <erotta@campusr.unijui.tche.br>. Fone: (55) 3512-6677, ramal 741.

curso de Serviço Social na UNIJUÍ como tentativa de contribuir na reflexão sobre as políticas sociais para o desenvolvimento regional.

A Fronteira Noroeste é composta por vinte e um municípios,² abrangendo uma área total de 5.605,44 km² com população total de 234.864 habitantes, da qual 134.459 (57,25%) urbana e 100.404 (42,75%) rural.³ O produto interno bruto *per capita* médio é de 3.800 dólares anuais (CRDS-NOROESTE-RS, 1996, p. 14). Está situada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina. Origina-se da ocupação colonial resultante da Colônia Santa Rosa (Sede 14 de Julho), Colônia Boa Vista e parte da Colônia Guarani. Essa denominação decorre da constituição dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, realizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1991.

A Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul possui uma tradição histórica de mobilização comunitária para pensar e construir suas alternativas de desenvolvimento.⁴ Isso decorre, em grande parte, do perfil étnico-cultural da população que acorreu a essa região a partir do processo de colonização implementado no início do séc. XX e da dinâmica impressa na sociedade regional a partir desse mesmo processo.

A colonização, com base na agricultura familiar, no pequeno comércio e na indústria familiar tradicional, desenvolveu um modelo de organização social fundado em pequenas comunidades, na família monogâmica, na religião, na educação e na produção articulada com o mercado. A própria comunidade regional dava conta de suas necessidades de educação, saúde, lazer, etc., através de organizações sustentadas e geridas pelos atores sociais. Mas esse modelo esgotou sua capacidade de reprodução a partir do final da década de 1950 e foi substituído pela “modernização”. A região exerceu um papel fundamental como uma das pioneiras da modernização com base na agricultura familiar.⁵

O modelo de “modernização da agricultura e agroindústria”, implementado na região a partir do final da década de cinquenta e que alcançou seu auge entre as décadas de 60 e 80, do séc. XX, começou a apresentar sinais de esgotamento a partir do final da década de oitenta. Os sinais da crise⁶ exigiram respostas imediatas da sociedade regional para que fossem pensadas novas alternativas.

As primeiras tentativas de repensar a região diante desses novos desafios ocorreram a partir do final da década de 1980 e sucederam-se durante toda a de 90.⁷ Foram desde a elaboração de diagnósticos até a realização de seminários envolvendo lideranças representativas de várias instituições na busca de maior clareza sobre o processo em curso e na visualização de possíveis alternativas para superar os problemas existentes.

Um desses primeiros diagnósticos foi o *Perfil Sócio-Econômico do Município de Santa Rosa*, realizado em parceria entre a Prefeitura Municipal, a Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária (ACISAP) e o CEAG-RS/IDERGS, que manifestou a preocupação em repensar a região diante dos novos desafios.

Trata-se de elaborar e seguir um modelo socioeconômico que beneficie os diferentes segmentos da comunidade, levando em conta aspectos históricos, culturais, econômicos e que

² Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi.

³ Cf. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001.

⁴ Ver Rotta, 1999.

⁵ Ver Rotta, 1999, p. 73-115.

⁶ Ver Rotta, 1999, p. 127-134.

⁷ CEAG-RS/IDERGS, 1988; FIDENE, 1985 e 1993; CRD/NOROESTE COLONIAL-RS, 1994; CRDS-NOROESTE-RS, 1996.

digam respeito as suas próprias soluções, de implementação com recursos locais e com procedimentos operacionais que propiciem a democratização da renda gerada.

Nesse questionamento, poderão surgir propostas que digam respeito à retomada do crescimento econômico, investindo-se maciçamente numa maior produtividade da agricultura, ou mesmo na adoção de um modelo agroindustrial baseado na utilização de outras matérias-primas. Uma outra alternativa seria a criação de uma especialização industrial que aproveitasse vantagens existentes, tais como a qualificação da mão-de-obra na atividade metal-mecânica (CEAG-RS/IDERGS, 1988, p. 9).

Um passo significativo foi dado com a elaboração do *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*, realizado em conjunto com quatro Conselhos Regionais de Desenvolvimento (CRD – Alto Jacuí, CRD – Médio Alto Uruguai, CRD – Missões e CRD – Noroeste Colonial) e coordenado pelas instituições de ensino superior da região. O plano estabelece, como objetivo básico, a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações [...], visando a melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente (CRDS-NOROESTE-RS, 1996, p. 11).

A preocupação fundamental não gira mais apenas em torno do crescimento econômico como a fórmula mágica capaz de melhorar as condições de vida da população regional, mas chama a atenção à integração dos recursos e das ações, à distribuição equitativa da riqueza gerada e à questão da sustentabilidade. A idéia de “desenvolvimento harmônico e sustentável” é colocada como prioridade básica, porém a escassa participação das entidades ligadas aos trabalhadores e a dinâmica de trabalho dos Conselhos Regionais levou a maioria da população a ficar de fora dessa discussão o que fez que ela fosse utilizada em benefício de pequena parcela da população ou de segmentos elitizados de alguns grupos da sociedade regional.

Num passo adiante, um conjunto de Universidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, incluindo a UNIJUÍ, elaboraram o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área da Bacia do Rio Uruguai, propondo a criação de um Fórum de Desenvolvimento da referida área. Em 1998, através de um projeto de pesquisa conjunta entre a UNIJUÍ e a URI, realizou-se um diagnóstico propositivo da região intitulado “Plano de Desenvolvimento Integrado da Região do Médio Uruguai”. Conforme Dallabrida (2001, p. 31), em nenhum momento da história dessa região se discutiu tanto o tema do desenvolvimento e com o envolvimento de tantos atores: muitos são os atores que têm coordenado tais discussões: Governo do Estado através de suas secretarias (Secretarias Estaduais de Desenvolvimento e Planejamento...), Governo Federal através de seus Ministérios, SEBRAE, COREDEs – Conselhos Regionais de Desenvolvimento, Universidades (Ex.: UNIJUÍ, por meio de seus pesquisadores e pelo IPD – Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional), Assembléia Legislativa, Conselhos Regionais do Orçamento Participativo, além de outros.

O envolvimento de tantos atores pode ser um prenúncio de que a temática do desenvolvimento regional foi incorporada no imaginário da população local e isso repercutiu em suas organizações e reivindicações. Constatamos que mais de 80% das pessoas que entrevistamos já haviam participado de algum debate a respeito do desenvolvimento regional. Considerando que são pessoas dos mais variados grupos sociais (empresários industriais e comerciais, profissionais liberais, assalariados urbanos, agricultores familiares e trabalhadores do mercado informal), podemos afirmar que a sociedade regional está inserida nesse processo e pode estar nascendo uma nova forma de articulação social para pensar o desenvolvimento regional.

2. A produção de um consenso possível a partir do diálogo entre os diversos atores

Conforme Brose (2001),⁸ o cerne da problemática da região parece se concentrar na ausência de uma visão consensuada para o futuro da mesma. Buscando superar esse problema é que foi organizado um fórum permanente de discussão do desenvolvimento regional a partir de uma iniciativa de professores da UNIJUI. Com base em diversos estudos que estavam sendo realizados sobre a região Fronteira Noroeste, em novembro de 2000, a coordenação do Campus Santa Rosa da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI –, apresentou a um grupo de organizações governamentais e da iniciativa privada a proposta de realização de um processo conjunto de discussão sobre o desenvolvimento regional. A proposta teve acolhida positiva e foi formada uma comissão para definição de um pré-projeto. Este foi apresentado em nova reunião com um conjunto mais amplo de organizações em dezembro de 2000.

O projeto teve novamente ampla aceitação, tendo sido formada uma comissão interinstitucional para a coordenação do processo a ser iniciado com a realização de um seminário regional. A comissão com 27 integrantes foi formada por representantes das seguintes organizações: Três instituições de ensino superior (UNIJUI, FEMA, SETREM), COREDE – Fronteira Noroeste, Regional da OAB, Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa, Associações Comerciais e Industriais, Instituições Financeiras Públicas e Associativas (Banrisul e Sicredi), Regional dos Sindicatos dos Trabalhadores Urbanos, Diretórios Acadêmicos, órgãos do Governo Estadual sediados na região, Regional dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos Patronais Rurais, Sindicato dos Professores, órgãos de imprensa, cooperativas urbanas e rurais.

Para auxiliar a comissão executiva foi formada uma subcomissão de assessoria técnica composta por dois pesquisadores da UNIJUI. Esta solicitou à equipe da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ – em Porto Alegre, uma consultoria ao processo a ser iniciado na região. O primeiro passo desta cooperação consistiu na elaboração de um caderno, publicado pela UNIJUI e distribuído a todas as organizações participantes (Rotta; Brose; Dallabrida, 2001), contendo textos introdutórios ao tema como subsídio às discussões preliminares a serem desencadeadas em cada organização.

Após um detalhado processo de preparação e divulgação, foi realizado, em abril de 2001, o *Seminário de Desenvolvimento Regional*, em Santa Rosa. Estiveram presentes aos trabalhos durante o dia cerca de 800 pessoas, além da ampla cobertura pela mídia que possibilitou a divulgação junto à sociedade regional. Na parte da manhã, ocorreram três palestras introdutórias, enquanto durante a tarde diversas organizações puderam apresentar seu trabalho e socializar as propostas elaboradas nos debates preparatórios.

Ao longo de maio e junho de 2001, houve várias reuniões entre as organizações participantes do processo, desembocando na constituição de um *Fórum de Desenvolvimento Regional* no formato de uma rede informal. Este fórum é integrado por representantes das mais variadas organizações presentes na região. Com base nas prioridades estabelecidas pelas sucessivas reuniões desse Fórum Permanente, foram formados cinco comitês de trabalho:

- Incentivo ao empreendedorismo,
- Fomento de práticas agroecológicas,
- Fortalecimento do ensino técnico,

⁸ Markus Brose, consultor da GTZ – Alemã, que acompanhou o processo de discussão do desenvolvimento na Fronteira Noroeste como assessor.

- Democratização do acesso ao ensino superior,
- Apoio a agroindústrias familiares e comunitárias.

Foi proposto, aos atores regionais, um processo de aprender a aprender coletivamente e, com isso, contribuir para a mudança das idéias pré-concebidas sobre a natureza do desenvolvimento e os instrumentos para sua promoção. Procurar, através do consenso, aprender a tolerar soluções abaixo do nível ótimo e a conviver com divergências ideológicas e partidárias.

O peso principal deste enfoque esteve na promoção de uma política de implementação de pequenos projetos que visavam identificar novas estratégias de solução de problemas locais utilizando recursos já existentes, valendo-se para tanto da gestão em rede. Paralelamente seria necessário enquadrar estes projetos locais em um marco regulatório mais amplo, possibilitando uma sinergia entre eles no contexto da gestão do território e do conhecimento. Tratou-se de estabelecer um esforço permanente de moderação entre os interesses da região como um todo frente aos fortes interesses individualizados dos segmentos empresariais, das representações de classe, das diferentes esferas do governo e da diversidade das organizações públicas não estatais.

Refletindo sobre esse processo que está em curso na região e ainda é cedo para avaliar seus resultados, podemos dizer que o que ocorre em nível regional insere-se numa perspectiva nacional e global de rediscussão dos rumos do país e da sociedade mundial no processo de redefinição das relações societárias a partir da crise do capitalismo e do seu oponente mais direto, o socialismo de Estado do Leste Europeu e a experiência da social-democracia européia.

A experiência do “socialismo real”, além dos problemas econômicos, demonstrou a “inviabilidade de um projeto fundado na estatização da sociedade civil e na submissão burocrática dos sujeitos sociais, individuais e coletivos” (Genro, 1999, p. 89). Deixou claro que o Estado “onipresente” ou até mesmo substituindo a organização da sociedade civil acaba perdendo-se em suas próprias contradições.

As reflexões de Sader (1998) deixam evidente que o neoliberalismo, como uma etapa histórica do capitalismo, trouxe consigo conseqüências muito nefastas para a compreensão clássica do papel do Estado e da organização da sociedade civil. Evidenciamos as principais:

- O neoliberalismo introduz e acentua um enorme processo de fragmentação social, de atomização social, seja no mercado de trabalho, seja em suas conseqüências nas formas de organização. Com isso o movimento social tem tido muitas dificuldades de construir novas formas organizativas;
- A desregulamentação econômica traz conseqüências no plano social, gerando uma incapacidade da própria cidadania, através do Estado, de definir os seus direitos, de controlar o que pode e o que não pode, de definir limites na sociedade;
- A existência de uma certa crise ideológica na medida em que forças teoricamente diferenciadas passam a assumir as mesmas concepções ou ações políticas;
- O surgimento de um extraordinário processo de crise política, de crise de representação política, de esvaziamento das formas clássicas de representação política. Não se tem clareza de qual seja o papel do Estado, de qual seja a função do Parlamento, a função dos partidos políticos, das organizações e dos movimentos sociais.

Para Belluzo (1997, p. 59), a proposta neoliberal colocou o Estado a serviço dos interesses econômicos dos grupos privilegiados, enfraquecendo as políticas sociais. Diante dos desdobramentos do processo de globalização em curso, o Estado está cada vez mais envolvido na sustentação das condições requeridas para o bom desempenho das suas empresas na arena

da concorrência generalizada e universal. Elas dependem do apoio e da influência política de seus Estados nacionais para penetrar em terceiros mercados (acordos de garantia de investimentos, patentes, etc.), não podem prescindir do financiamento público para suas exportações nos setores mais dinâmicos e seriam deslocadas pela concorrência sem o benefício dos sistemas nacionais de ciência e tecnologia. Ao invés da vitória dos mercados, em que prevalece o automatismo da concorrência perfeita, estamos assistindo à reiteração da famigerada “politização” da economia. As transformações em curso não se propõem a reduzir o papel do Estado, nem enxugá-lo, mas almejam aumentar sua eficiência na criação de *externalidades* positivas para a grande empresa envolvida na competição generalizada. Em alguns países, como os Estados Unidos, o deslocamento do eixo das políticas do Estado é de uma evidência chocante, com o inequívoco enfraquecimento das políticas sociais.

Tanto Sader, quanto Belluzo concluem dizendo que, felizmente, a etapa neoliberal do capitalismo já demonstra suas fragilidades e está sendo superada, mas as suas conseqüências ainda se farão presentes por algum tempo.

A crítica que Genro (1999, p. 103-104) faz do projeto social-democrata penso que é pertinente para demonstrar a necessidade de sua revisão. Construído num momento de crise do capitalismo, de desordem civil e de riscos de insurreição, alicerçou-se em programas governamentais de assistência social que não estabeleceu, na base da sociedade, nenhum vínculo de solidariedade vivida entre os indivíduos, os estratos e as classes sociais beneficiados pelo Estado de Bem-Estar. Como conseqüência, temos que, além de não criar *novas instituições* do Estado, o projeto social-democrata também nada modificou no estatuto político da cidadania. Esta apenas tornou-se mais exigente em relação às prestações devidas pelo Estado, mas os cidadãos “não eram sujeitos do social-estatismo; eram os administrados, objetos dele, na qualidade de beneficiários, de cotizantes, de contribuintes” (Genro, 1999, p. 103-104).

Diante da crise da social-democracia, do socialismo real e das contradições cada vez mais evidentes do projeto neoliberal, torna-se claro que estamos diante de um enorme desafio que é repensar o papel do Estado e das organizações da sociedade civil na construção de uma nova forma de organização social capaz de superar os problemas apresentados pelos “modelos” propostos na segunda metade do século vinte.

3. Pensando em novas mediações societárias entre o público e o privado

O contrato social, fundamento básico da sociedade moderna, pactuava somente os interesses estabelecidos no âmbito da sociedade civil, ficando fora os da vida privada, por onde transitam as motivações pessoais, o universo da intimidade e do espaço doméstico. Conforme Santos (1999), isso fez com que se produzisse uma dicotomia, nem sempre conciliável, entre o público e o privado, gerando uma compreensão equivocada desses espaços constitutivos da sociabilidade humana. Com a crise do contrato social moderno, Santos afirma que podemos estar vivendo o momento de reconstituir a relação entre o público e o privado em novas bases, não fundadas em distinções rígidas, mas articuladas.

Na superação dessa dicotomia caberia ao Estado um papel fundamental. “O Estado é o articulador e que integra um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais e globais.” (Santos, 1999, p. 136). Cabe ao Estado um papel de coordenador de interesses divergentes e até contraditórios, assumindo assim a feição de um “novíssimo movimento social”.

Para Dallari (2001a), um dos principais motivos da crise do Estado contemporâneo é que o homem do século XX está preso à concepção do séc. XVIII, quanto à organização e aos objetivos de um Estado democrático, quanto à concepção da sociedade civil e ao espaço da

vida privada. Diante da necessidade de eliminar o absolutismo dos monarcas se cultivou a idéia de um Estado destinado a proteger as liberdades individuais, deixando aos indivíduos a tarefa de promover seus próprios interesses. Durante o final do século XIX e todo o século XX, a idéia do Estado democrático se transformou num ideal político de toda a humanidade. Quanto à construção desse Estado democrático se manifestam algumas contradições que nem sempre recebem solução a contento:

O problema da supremacia da vontade do povo: A convivência, nos parlamentos, de representantes de classes e grupos diversos, faz emergir conflitos com soluções nem sempre coerentes, exigindo negociações, acordos, transgênicas, etc. Com isso, muitos autores e líderes políticos passam a afirmar que a culpa está no povo que não sabe escolher seus representantes. Chega-se a um dilema para o Estado democrático: a participação do povo é tida como inconveniente e a exclusão é antidemocrática.

O Dilema entre a supremacia da liberdade ou da igualdade: Durante o séc. XVIII, consagrou-se a liberdade como valor supremo do indivíduo, afirmando-se que se ela fosse amplamente assegurada todos os valores estariam sendo protegidos, inclusive a igualdade. Não era necessária a interferência do Estado. Mas a experiência demonstrou que os detentores do poder econômico alcançaram privilégios e fizeram aumentar as desigualdades sociais. Com isso produzem-se teorias afirmando a necessidade da intervenção do Estado para conter as desigualdades. Colocou-se a igualdade como valor supremo. Manifesta-se então um segundo impasse: “ou dar primazia à liberdade, sabendo de antemão que isso iria gerar desigualdades muitas vezes injustas, ou assegurar a igualdade de todos mediante uma organização rígida e coativa, sacrificando a liberdade. Mas ambas as posições seriam contrárias ao ideal do Estado Democrático” (Dallari, 2001a, p. 302).

Problemas decorrentes da identificação do Estado Democrático ideal com determinada forma de Estado e de governo. Essa identificação acabou levando a não aceitação de críticas e estagnando as próprias possibilidades de realização da liberdade e da igualdade. O Estado Democrático é um ideal possível de ser atingido desde que sejam atendidos os seguintes pressupostos: eliminação da rigidez formal, supremacia da vontade do povo, preservação da liberdade e preservação da igualdade. “Dotando-se o Estado de uma organização flexível, que assegure a permanente supremacia da vontade popular, buscando-se a preservação da igualdade de possibilidades, com liberdade, a democracia deixa de ser um ideal utópico para se converter na expressão concreta de uma ordem social justa” (Dallari, 2001a, p. 307).

De acordo com Raichelis (2000), a crise social do final dos anos setenta desencadeou a emergência de novos espaços e forças sociais que passaram a formular projetos para fazer frente à crise, forçando redefinição das relações entre o Estado e a sociedade civil. No caso do Brasil, a mobilização das forças que buscavam uma revitalização da sociedade civil conquistou espaços decisivos no processo constituinte, garantindo, no texto constitucional, a definição de mecanismos de transferência do poder do Estado para a sociedade civil, como é o caso dos Conselhos Institucionais. Esses conselhos representam uma experiência, em gestação, de uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil.

É preciso deixar claro também que a constituição desses espaços está ligada a uma nova postura dos movimentos populares. Durante o Regime Militar, os movimentos sociais adotaram uma postura crítica de “de costas” para o Estado, negando-se a participar dos espaços institucionais por os julgarem formas de cooptação e dominação. Com a abertura política, os movimentos passam a encarar esses espaços como “campos” a serem ocupados para garantir avanços em prol da classe trabalhadora e do processo democrático.

Os espaços dos Conselhos ainda enfrentam muitos problemas, mas é inegável que representam um avanço na relação entre o Estado e a sociedade civil na gestão das políticas públicas.

No campo governamental, uma das principais dificuldades relaciona-se às resistências para que as definições das políticas públicas sejam abertas à participação e ao controle social, retirando-as das mãos da burocracia estatal para permitir a penetração da sociedade civil. No da sociedade civil, o reconhecimento da heterogeneidade dos atores e das concepções, práticas, experiências e propostas acumuladas, geradoras de múltiplos interesses e demandas, nem sempre convergentes, desafia o estabelecimento de uma agenda comum que deve orientar ações e decisões coletivas. No campo das relações entre representantes da sociedade civil e representantes governamentais que integram os conselhos, por fim, impõe-se o desafio de adotar estratégias políticas que ampliam o arco de alianças capazes de fortalecer um campo hegemônico progressista na defesa da política de assistência social como terreno de direitos (Raichelis, 2000, p. 37).

Putnam (1996) destaca que o final do século XX é marcado por uma ironia. A suposta supremacia filosófica da democracia liberal se faz acompanhar de uma crescente insatisfação com seus resultados práticos, levando a população a buscar alternativas.

Em toda a parte, homens e mulheres buscam soluções para seus problemas comuns – ar menos poluído, empregos mais estáveis, cidades mais seguras. Se poucos acreditam que podemos prescindir do governo, pouquíssimos são os que ainda têm certeza de que sabemos realmente o que faz os governos funcionarem direito (Putnam, 1996, p. 19).

Ele destaca a experiência exitosa da regionalização implementada na Itália a partir dos anos 70 (séc. XX). O fortalecimento das instituições regionais deu maior visibilidade à ação pública e melhorou a qualidade dos governos locais.

A comunidade cívica se caracteriza por cidadãos atuantes e imbutidos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração (Putnam, 1996, p. 30-31).

A política na arena regional é geralmente moderada. Ao longo desses 20 anos, a maioria dos conselheiros afirmou que era possível confiar em seus colegas, mesmo em seus rivais políticos. Cerca de dois terços sustentam que adversários ideológicos podem chegar a consenso sobre problemas práticos da região. Três quartos dizem que as atividades do conselho são mais marcadas pela colaboração do que pelo conflito, opinião que é compartilhada pela esmagadora maioria dos líderes comunitários com que conversamos (id., p. 49).

Também deixa claro que qualquer proposta nova não pode ser avaliada num curto espaço de tempo.

O desenvolvimento de uma instituição humana não pode ser avaliado de uma semana para outra, nem de um mês para outro, e às vezes nem mesmo de um ano para outro. Os ritmos da mudança institucional são lentos. Não raro é preciso que várias gerações passem por uma nova instituição para que se perceba claramente os efeitos dela sobre a cultura e o comportamento. Modismos efêmeros ou caprichos individuais de seus membros encobrem tendências mais profundas. Por vezes, nos primeiros anos de nossa pesquisa regional, julgávamos ter percebido sinais de alguma mudança importante, mas eis que nossas expectativas não se confirmaram na visita seguinte. Os que edificam novas instituições e os que as avaliam precisam ser pacientes – eis uma das mais importantes lições que pudemos tirar da experiência regional italiana (Putnam, 1996, p. 74).

Conforme Putnam, embora estejamos acostumados a conceber o Estado e o mercado como mecanismos alternativos para a solução dos problemas sociais, a história mostra que tanto os Estados quanto os mercados funcionam melhor em contextos cívicos, onde os diversos atores sejam capazes de assumir compromissos entre si. O “capital social” – “bem público” –, diferente do “capital convencional” – “bem privado” –, fundado em relações de confiança mútua está na base da experiência italiana. “Para a estabilidade política, para a boa

governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano” (1996, p. 192). “A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica” (1996, p. 180).

Além das relações de confiança mútua, ele destaca a importância da implementação e efetivo funcionamento de espaços de participação da população, não apenas nos momentos de discussão, mas também de execução e avaliação. A importância do contexto social e das características históricas de cada formação social regional são evidentes:

Eis uma lição a ser tirada de nossa pesquisa: O contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições. Quando o solo regional é fértil, as regiões sustentam-se das tradições regionais, mas quando o solo é ruim, as novas instituições definham. A existência de instituições eficazes e responsáveis depende, no jargão do humanismo cívico, das virtudes e práticas republicanas. Tocqueville tinha razão: diante de uma sociedade civil vigorosa, o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer (Putnam, 1996, p. 191).

Pelo lado da demanda, os cidadãos das comunidades cívicas querem um bom governo e (em parte pelos seus próprios esforços) conseguem tê-lo. Eles exigem serviços públicos mais eficazes e estão dispostos a agir coletivamente para alcançar seus objetivos comuns. Já os cidadãos das regiões menos cívicas costumam assumir o papel de suplicantes cínicos e alienados (id., p. 191).

Para Dowbor (1997), as formações sociais contemporâneas são marcadas por um processo de “urbanização generalizada” e as cidades grandes, pequenas ou médias, têm que responder aos problemas simples do cotidiano dos cidadãos, e torna-se cada vez mais absurdo esperar consultas infundáveis dos diferentes escalões de poder. Assim, o exercício do poder deve aproximar-se do cidadão, trazendo transformações profundas à pirâmide que hoje constitui a hierarquia de decisões na área pública.

[...] num mundo globalizado, em que tudo está interconectado, não há razão para que o essencial dos problemas do nosso cotidiano, a escola, a saúde, a pequena produção, etc., não sejam regulados diretamente pelos interessados, a população, através das instâncias locais (Dowbor, 1997, p. 12).

A urbanização sem a correspondente descentralização das políticas e dos recursos, e na ausência de sistemas integrados de gestão participativa com prefeituras, empresas e organizações comunitárias para assegurar um mínimo de coerência no desenvolvimento e qualidade de vida do cidadão, constitui outro eixo explosivo que requer uma drástica revisão da própria lógica das nossas instituições (Id., p. 13).

Conforme Castells (1999a), a era da globalização econômica é também a era da localização da constituição política. O Estado, na era da informação, adquire uma nova feição, mais flexível e dinâmica. “Prolifera sob a forma de governos locais e regionais que se espalham pelo mundo com seus projetos, formam eleitorados e negociam com governos nacionais, empresas multinacionais e órgãos internacionais” (p. 435). Para ele os governos locais são o único páreo, se é que existe algum, para o dinamismo das redes globais de riqueza e informação. Porém não podem estar isolados, mas articulados em redes de poder, negociação e influência.

Para Genro (1999), o Estado, como foi concebido pelos modernos, não tem mais condições de representar nem mediar os conflitos expostos pelas novas condições materiais de existência emanadas do processo de globalização e transformação sócio-econômico-cultural. O novo modo de vida que emerge da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica exige novas formas de organização da sociedade e proteção dos direitos individuais e coletivos. Ele

fala de uma *nova esfera pública não-estatal*: essa nova esfera pública não-estatal, que incide sobre o Estado, com ou sem o suporte da representação política tradicional, contém milhares de organizações locais, regionais, nacionais e internacionais, que aumentam sem cessar a sua capacidade de organizar a sociedade e influir sobre o Estado (Genro, 1999, p. 50).

Essa esfera pública não-estatal pode fortalecer uma nova cultura, fundada na democracia, na solidariedade e na busca da cidadania, rompendo com a tradição autoritária presente em nossas instituições políticas tradicionais. Pode reconstruir uma tensão democrática e autêntica entre Estado e Sociedade Civil, materializada através da configuração de um novo espaço público, não “estatal” e nem “privado”. Um espaço onde é possível organizar uma esfera para disputas e consensos – uma nova esfera pública organizada por lei, ou por contrato político, ou por ambos – para articular a representação política tradicional com a presença direta e voluntária da cidadania. Um espaço que propicie a politização da cidadania, à medida que reduza sua fragmentação, integrando demandas setoriais na cena pública. “O espaço público não-estatal é o lugar onde o Estado recupera sua legitimação e afirma-se. E a sociedade civil expressa sua identidade e fortalece-se” (Genro, 1999, p. 43).

Pode contribuir para articular os diversos movimentos sociais de emancipação que serão cada vez mais ricos e variados.

Essa esfera pública não-estatal é um espaço político e cultural, onde atuam grupos de interesse que se movem e disputam direitos e interesses independente dos movimentos do Estado. Nesse espaço público eles legitimam as suas disputas e negociam, para forjar novas hegemonias. Aqui elas se formam pelo embate dos interesses em confronto e, sobretudo, constituem, com a sua presença direta, instituições de representação direta que se combinam com as instituições de democracia representativa (Genro, 1999, p. 99).

A articulação da democracia direta, constituída por essa esfera pública não-estatal, com a democracia representativa seria capaz de redimensionar o papel do Estado diante da nova realidade que emerge das transformações em curso no cenário local-regional, nacional e internacional. Um Estado como mediador e capaz de representar as diversidades existentes na sociedade.

Mais ou menos nessa mesma direção é que raciocina Becker (2001). Para ele o processo de desenvolvimento contemporâneo caracteriza-se por ser resultado da síntese de dois processos contraditórios e, ao mesmo tempo, complementares. Por um lado, o processo de transnacionalização dos espaços econômicos – globalização – controlado por interesses econômico-corporativos dos grandes conglomerados multinacionalizados e financeirizados que exercem uma hegemonia de fora para dentro. Por outro, o processo de regionalização dos espaços sociais – localização – exercido de dentro para fora e de acordo com os interesses sociais e ambientais dos agentes de desenvolvimento do lugar.

A possibilidade da construção de projetos de desenvolvimento local estaria assentada na capacidade dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos) interagirem, superando as contradições e resolvendo os conflitos através da articulação dos interesses locais com os interesses sócio-ambientais regionalizados, e, sobre essa articulação, construindo um modelo (projeto) próprio e específico de inserção diferenciada e diferenciadora, portanto, alternativa, do desenvolvimento local-regional no desenvolvimento global, vinculando os interesses econômico-corporativos multinacionalizados (o mercado capitalista) aos interesses sócio-ambientais regionalizados.

Nesse processo a esfera política representa um papel fundamental. É preciso que as forças locais consigam estruturar um aparato político-institucional mediador e viabilizador desse projeto próprio, quer via integração, unificação ou complementação. O político é a dimensão da articulação entre o econômico e o social, como síntese do processo de desenvolvimento regional. É o espaço de mediação dos determinantes econômico-corporativos globais e dos desafios socioambientais locais do desenvolvimento regional.

A construção dessa nova concepção passa por um processo de aprendizado coletivo c onde os diversos atores estejam dispostos ao diálogo franco e aberto de suas concepções e e e interesses, sem abdicarem da idéia de um consenso possível para além das diferenças e divergências.

Referências

- BECKER, Dinizar F. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.
- BECKER, Dinizar F. *O desenvolvimento local-regional em questão*. Santa Cruz do Sul, 2001. (Texto versão preliminar).
- BECKER, Dinizar F. Os velhos e os novos desafios lógico-metodológicos na análise do desenvolvimento local-regional. In: DALLABRIDA, Valdir Roque. *O desenvolvimento regional*. Ijuí: Unijuí; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 09-23.
- BELLUZO, Luiz Gonzaga. Globalização, Estado e capital financeiro. In: CARRION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo F. (Orgs.). *Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide esse jogo?* Porto Alegre: Ufrgs, 1997.
- BROSE, Markus. Uma abordagem empírica sobre o desenvolvimento regional, como contribuição para o debate na fronteira noroeste. In: ROTTA, Edemar; BROSE, Markus; DALLABRIDA, Valdir R. *Seminário sobre desenvolvimento regional na Fronteira Noroeste: textos para subsidiar os debates pré-seminário*. Ijuí: Unijuí, 2001. p. 5-16. (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Série Eventos Acadêmicos).
- CARRION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo F. (Orgs.). *Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide esse jogo?* Porto Alegre: Ufrgs, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. v. 3.
- CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. v. 1.
- CEAG-RS/IDERGS. *Perfil sócio-econômico do município de Santa Rosa*. Porto Alegre: CEAG/IDERGS, 1988.
- CRD-NOROESTE COLONIAL-RS. *Plano estratégico de desenvolvimento regional*. Ijuí: Unijuí, 1994.
- CRDS-NOROESTE-RS. *Plano estratégico de desenvolvimento da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Três de Maio: Samavi, 1996.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. A gestão do desenvolvimento. In: ROTTA, Edemar; BROSE, Markus; DALLABRIDA, Valdir R. *Seminário sobre Desenvolvimento Regional na Fronteira Noroeste: textos para subsidiar os debates pré-seminário*. Ijuí : UNIJUÍ, 2001. p. 5-16. (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Série Eventos Acadêmicos).
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2001a.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O futuro do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2001b.

DOWBOR, Ladislau. Globalização e tendências institucionais. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo Edgar (Orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 9-16.

FIDENE/PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA. *Plano diretor de desenvolvimento urbano*. Ijuí: Fidene, 1993.

FIDENE/SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. *Diagnóstico da região grande Santa Rosa*. Porto Alegre: STAS, 1985.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). *Índice social municipal ampliado para o Rio Grande do Sul – 1991-98*. Relatório de pesquisa. Porto Alegre: FEE, 2001.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Censo Demográfico da população brasileira*. Rio de Janeiro: FIBGE, 2001.

GENRO, Tarso. *O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis: Vozes, 1999.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do Estado do Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 18, set. 1992.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LAURELL, A. (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1992.

MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. 3. ed. São Paulo: Globo, 1998.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

OFFE, Claus; BERGER, Johannes. A dinâmica do desenvolvimento do setor de serviços. In: OFFE, Claus. *Trabalho & sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v. 2.

PAUPÉRIO, Arthur Machado. *Teoria democrática da soberania*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

POULANTZAS, Nicos (Org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

ROTTA, Edemar. *A construção do desenvolvimento: análise de um “modelo” de interação entre regional e global*. Ijuí: Unijuí, 1999.

ROTTA, Edemar; BROSE, Markus; DALLABRIDA, Valdir R. *Seminário sobre Desenvolvimento Regional na Fronteira Noroeste: textos para subsidiar os debates pré-seminário*. Ijuí: UNIJUÍ, 2001. (Coleção Trabalhos Acadêmico-Científicos. Série Eventos Acadêmicos).

SADER, Emir. Da privatização do Estado à privatização da esfera pública. In: VIZENTINI, Paulo F.; CARRION, Raul (Orgs.). *Século XXI, barbárie ou solidariedade: alternativas ao neoliberalismo*. Porto Alegre: Ufrgs, 1998, p. 257-267.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 33-75.

SAUL, Renato. *A modernidade aldeã*. Porto Alegre: Ufrgs, 1989.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VIZENTINI, Paulo F.; CARRION, Raul. (Org.). *Século XXI, barbárie ou solidariedade*. Porto Alegre: Ufrgs, 1998.

ZINGARELLI, Délia. Offe: o Estado no capitalismo maduro. In: MASI, Domênico. *A sociedade pós-industrial*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1999, p. 299-313.